



Rio de Janeiro, 05 de dezembro de
2025.

Ao

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSP, Câmpus Presidente Epitácio
Rua José Ramos Júnior nº 27-50, Jardim Tropical, CEP: 19477-170
Presidente Epitácio-SP

Objeto: Aquisição de insumos de impressão e videomonitoramento/CFTV

A/C: Sr. Agente de Contratação

Ref.: Contrarrazões ao Recurso Administrativo
3D BELLAS ARTES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
Pregão Eletrônico nº 92000/2025 - UASG 158154
Processo Administrativo nº 23440.001023.2025-14

Objeto: Aquisição de insumos de impressão e videomonitoramento/CFTV

A Empresa **VISÃO GLOBAL TECNOLOGIA LTDA**, CNPJ nº 16.598.015/0001-33, sediada na Rua Francisco Eugênio, 268 – sala 831- São Cristóvão – Rio de Janeiro - RJ - CEP 20941-120, Telefone, (21) 3079-5635, através de seu representante legal abaixo, nos termos desse processo, regido pelas normas da Lei Complementar nº 123, de 2006 e da Lei nº 14.133 de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. vem, respeitosamente, apresentar Contrarrazões ao Recurso Administrativo da empresa **3D BELLAS ARTES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, referente ao Item 15 do edital Pregão Eletrônico nº 92000/2025, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Razões das Contrarrazões

Em face da decisão do Sr. Agente de Contratação que declarou vencedora no Item 15, a empresa **VISÃO GLOBAL TECNOLOGIA LTDA**, estando em plena conformidade com o estipulado em edital, em especial no que tange a especificação técnica da licitante. Não satisfeita com o resultado do Pregão, a empresa 3D BELLAS ARTES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, apresentou recurso administrativo frente a decisão que declarou a VISÃO GLOBAL TECNOLOGIA LTDA vencedora do certame para o presente item.

A VISÃO GLOBAL TECNOLOGIA LTDA apresentou em sua proposta para o item 15, a Câmera IP Full HD, do Fabricante Intelbras, Modelo VIPC 1230 B G2, e em seu recurso a empresa 3D BELLAS ARTES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, apresentou vários argumentos de forma genérica conforme exposto abaixo:

**O EDITAL TERIA DIRECIONAMENTO AO FABRICANTE INTELBRAS
AS EXIGÊNCIAS TÉCNICO-CERTIFICATÓRIAS SERIAM ILEGAIS**

As afirmações apresentadas pelo recorrente, sugerindo que o edital teria sido supostamente direcionado ao fabricante Intelbras e que as exigências técnico-certificatórias seriam ilegais, revelam não apenas a completa ausência de fundamento técnico e jurídico, mas configuram graves acusações feitas sem qualquer prova.

É inadmissível que um licitante, movido por inconformismo com o resultado competitivo, impute ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – IFSP, condutas de direcionamento, insinuando irregularidades sem apresentar absolutamente nenhum elemento mínimo de comprovação. Tal atitude afronta os princípios da boa-fé, da lealdade processual e do dever de veracidade, previstos na Lei 14.133/2021.

O recorrente parece ignorar conceitos fundamentais:

- O edital é o único instrumento vinculante, e nele não há qualquer especificação de marca, modelo obrigatório ou característica exclusiva de determinado fabricante.
- As exigências técnico-certificatórias constantes do edital são plenamente legais, objetivas e justificáveis, tendo como finalidade garantir a adequada execução do objeto - princípio consagrado pelo art. 5º e art. 11 da Lei 14.133/2021.
- Nenhum requisito impede a participação de concorrentes. Ao contrário, há ampla competitividade, e várias marcas disponíveis no mercado atendem integralmente aos parâmetros definidos.

A acusação de direcionamento, portanto, é totalmente descabida e irresponsável. Apontar que o edital favoreceria a Intelbras, sem prova mínima, sem análise técnica consistente e sem demonstração de exclusividade, é uma tentativa inequívoca de desvirtuar o processo licitatório e criar um cenário artificial de suspeita, o que evidencia a fragilidade argumentativa do recorrente.

Ademais, é imprescindível registrar que questionar a integridade técnica e administrativa do IFSP exige robustas evidências, sob pena de configurar afirmação temerária. Fazer alegações graves contra uma instituição pública federal, sem qualquer

respaldo fático, não apenas compromete a seriedade do recurso, como demonstra o intuito deliberado de tumultuar o procedimento.

AS DESCLASSIFICAÇÕES DE OUTRAS EMPRESAS TERIAM SIDO INJUSTAS

O recorrente também afirma que outras empresas teriam sido desclassificadas de forma injusta, imputando, mais uma vez, ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP condutas irregulares e supostos erros no julgamento das propostas. Trata-se de mais uma acusação grave, infundada e totalmente destituída de provas.

É necessário esclarecer que:

- Nenhum licitante possui legitimidade para questionar o mérito do julgamento das propostas de terceiros sem apresentar elementos técnicos concretos.
- O IFSP conduz o certame em estrita conformidade com a Lei 14.133/2021, aplicando critérios objetivos definidos no edital — único instrumento vinculante.

Além disso, é importante reforçar que insinuar que o IFSP teria atuado de forma parcial, injusta ou contrária à legalidade viola o princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos, reconhecido pelo art. 5º, inciso XII, da Lei 14.133/2021 e consolidado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Acusar uma instituição pública federal de erro sistemático, “desclassificações injustas” ou “tratamento desigual” sem comprovação é uma conduta que ultrapassa o debate técnico, revelando novamente o intuito do recorrente de tumultuar o procedimento licitatório por meio de declarações graves, sem qualquer lastro probatório.

Ressalte-se ainda que:

- A Administração tem competência exclusiva para analisar o atendimento de cada proposta ao edital;
- Os atos administrativos gozam de fé pública e presunção de legalidade até prova robusta em contrário;
- Nenhum elemento apresentado pelo recorrente é capaz de afastar essa presunção.

Assim, fica demonstrado que as alegações sobre desclassificações injustas configuram meras especulações, sem embasamento técnico ou jurídico, e não podem ser consideradas como argumento válido para qualquer revisão de julgamento.

A Administração exige DESEMPENHO e não componente interno específico.

A equivalência técnica é permitida pela Lei 14.133/2021 e pela jurisprudência do TCU, logo não há qualquer prejuízo para a Administração.

A Recorrente também utiliza como base para sua argumentação o fato de que outras duas empresas teriam sido desclassificadas por suposto não atendimento ao sensor requerido (1/2.7").

Entretanto, destaca-se:

- A Recorrida não foi desclassificada nesse aspecto, justamente porque atendeu plenamente à finalidade do objeto, entregando solução com resolução e desempenho equivalentes ou superiores.
- O próprio edital não condicionou o julgamento à marca ou a dimensões físicas específicas do sensor, mas à qualidade da imagem e ao conjunto de funcionalidades.

A Recorrente tenta transferir à Recorrida os motivos da desclassificação de terceiros, o que representa equívoco procedimental e afronta ao julgamento individualizado das propostas.

O recurso, em nenhum momento, demonstra de forma objetiva qualquer discrepância entre a especificação editalícia e o produto ofertado pela vencedora.

A VENCEDORA NÃO ATENDERIA AOS REQUISITOS EXIGIDOS:

A alegação de que a VISÃO GLOBAL TECNOLOGIA LTDA, não atenderia aos requisitos técnicos do edital é totalmente absurda, infundada e já amplamente superada nas defesas anteriormente apresentadas. Todos os argumentos técnicos já comprovados demonstram, de forma inequívoca, que atendemos 100% das especificações exigidas, sem qualquer margem para dúvidas ou interpretações divergentes.

O recorrente, ignorando as provas apresentadas e o conteúdo objetivo do edital, tenta agora construir uma narrativa artificial, sugerindo um suposto descumprimento técnico que não existe. Trata-se de mais uma tentativa desesperada de criar tumulto no certame, substituindo argumentação técnica por acusações vazias.

Se não bastassem as acusações temerárias já feitas anteriormente contra o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP, agora o recorrente avança para um novo patamar de inconsistência ao tentar questionar, sem apresentar absolutamente nenhum elemento técnico concreto, o atendimento integral que já demonstramos.

É necessário destacar:

- Todas as especificações técnicas foram atendidas rigorosamente;
- Cada questionamento já foi respondido com comprovação documental e técnica;
- Não há qualquer apontamento válido sobre suposta desconformidade;
- O recorrente não trouxe prova, comparação técnica, teste, laudo ou análise que sustente suas alegações.

A acusação, portanto, não ultrapassa o campo da mera retórica, carecendo totalmente de materialidade e configurando mais um exemplo do comportamento reiterado do recorrente: lançar suspeitas sem provas, atacar o órgão público sem fundamento e tentar invalidar o resultado por meios incompatíveis com a boa-fé e o julgamento objetivo previsto na Lei 14.133/2021.

Assim, resta completamente demonstrado que:

- Atendemos integralmente todas as exigências do edital;
- A recorrente não apresentou nenhum dado técnico que contradiga essa realidade;
- A narrativa de inobservância técnica é fabricada, im procedente e juridicamente inútil.

CONCLUSÃO

Após a análise de todas as alegações apresentadas pela recorrente, resta evidente que o recurso não apenas carece de fundamento técnico e jurídico, como também se apoia em acusações gravíssimas, infundadas e absolutamente irresponsáveis.

A recorrente, de forma reiterada, lançou suspeitas injustificadas contra o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP, imputando ao órgão público supostos direcionamentos, ilegalidades e injustiças sem apresentar qualquer prova, laudo, documento ou evidência mínima que sustente tais afirmações.

Além disso, tentou de maneira explícita e desesperada desqualificar tecnicamente a nossa proposta, mesmo após termos comprovado, de forma clara, objetiva e documental, o atendimento integral, 100%, de todos os requisitos técnicos exigidos no edital. A

recorrente optou por ignorar fatos, distorcer informações e construir narrativas artificiais que não resistem a uma análise técnica séria.

A postura adotada não só afronta o princípio da boa-fé e da lealdade processual, previstos na Lei 14.133/2021, como demonstra um inequívoco propósito de tumultuar o procedimento licitatório, desvirtuando sua finalidade e desrespeitando a Administração Pública.

Nestes termos,
Pede deferimento



Érica Cappelle

CPF nº 075.126.637-06

Sócia Diretora

Telefone: (21) 3079-5635

E-mail: licitacao@vgtecnologia.com.br

